

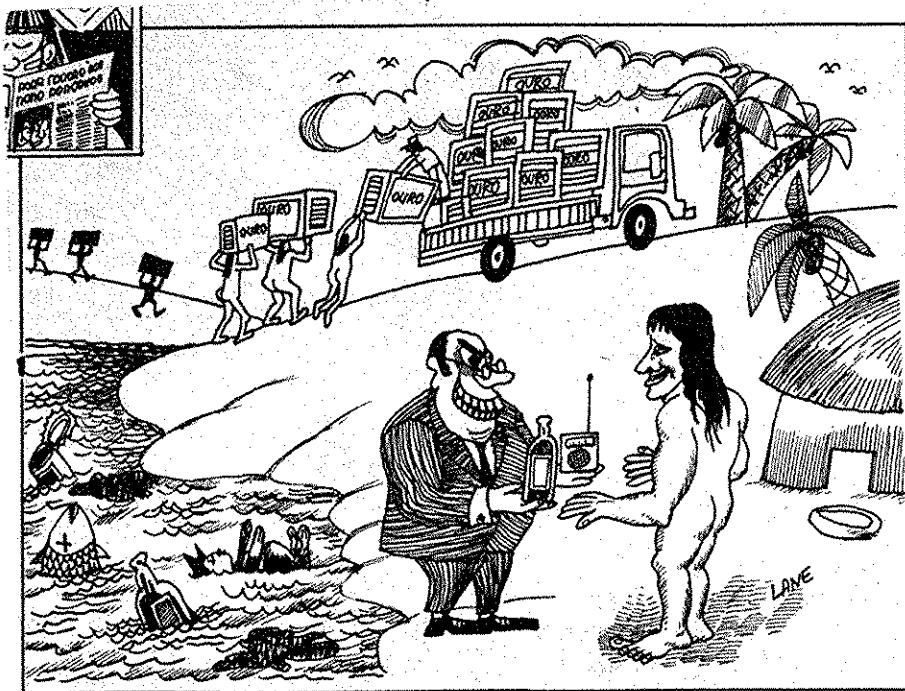
Povos Indígenas no Brasil

Fonte: Parantim

Class.: 218

Data: 06/85

Pg.: _____



Governo reabre garimpo na área dos Gorotire

Quem acompanhou o noticiário de imprensa nestas últimas semanas deve ter percebido que nada mudou na política indigenista desenvolvida pela "nova República" da Aliança Democrática. Nada melhor para comprovar isso do que o ilegal acordo assinado pelo Governo com os Gorotire (um dos subgrupos Kayapó), no início de maio, condicionando a demarcação de seu território de 3,3 milhões de hectares à reabertura do garimpo de Maria Bonita, no sul do Pará, encravado no pulmão da área indígena kayapó.

O acordo, assinado em Brasília durante reunião de quatro horas e meia entre o Ministério do Interior, Ministério da Reforma e Desenvolvimento Agrário, Presidência da Funai e os líderes Gorotire Paiakan e Merekore, fere frontalmente os interesses indígenas. É até mesmo inconstitucional. Servidores da Funai na Capital Federal elaboraram um documento de protesto, lembrando que "o direito à demarcação das terras indígenas é um direito inegociável dos índios e um dever legal explícito dos órgãos ofi-

ciais, não podendo ser objeto de barganhas e pressões".

O *Jornal de Brasília*, de 4 de maio, divulgou que a minuta do acordo é contraditória. Segundo o jornal, Paiakan foi pressionado para assiná-lo; e mesmo assim, só concordou em fazê-lo depois que o texto da minuta foi alterado, colocando-se "decreto de demarcação", onde estava escrito "delimitação".

A atitude da "nova República" em pressionar os Gorotire para permitir a reabertura do garimpo de Maria Bonita em suas terras foi condenada por quase todas as entidades indigenistas do País. Tudo leva a crer que continua na política indigenista oficial a velha prática antiindígena, onde os interesses dos índios são subordinados aos interesses "nacionais" (leia-se: das mineradoras). Em meio aos protestos, as entidades indigenistas reivindicaram ainda a imediata e real assinatura do decreto de demarcação da área dos Gorotire, tornando sem efeito o acordo que condiciona a demarcação à permanência dos garimpeiros e das mineradoras na área indígena.